

# ROLF MADALENO

Advogado, Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC-RS, Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS, Diretor Nacional do IBDFAM, Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia).

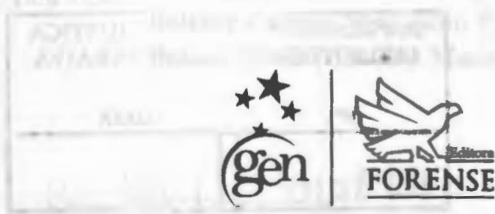
[www.rolfmadaleno.com.br](http://www.rolfmadaleno.com.br)

@rolfmadaleno



# DIREITO DE FAMÍLIA

12<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada



347,6 (81)

M 9780

12. ed.

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 10.02.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2022 by  
Editora Forense Ltda.  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- 1ª edição – 2008 / 12ª edição – 2022
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M151d  
Madaleno, Rolf. 1954-

Direito de família / Rolf Madaleno. – 12. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5964-442-1

1. Direito de família – Brasil. I. Título.

22-75993

CDU: 347.6(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



1218010

<b>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	
<b>BIBLIOTECA DE SÃO CARLOS DE JARAGUÁ</b>	
N°	DATA
1218010	12/02/22

# ÍNDICE GERAL

.....	
<b>Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família .....</b>	<b>1</b>
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2. A descodificação do Direito de Família.....	3
1.3. A organização jurídica da família.....	4
1.4. A diversidade familiar.....	5
1.4.1. A família matrimonial.....	8
1.4.2. A família informal.....	8
1.4.3. A família monoparental.....	9
1.4.4. A família anaparental.....	10
1.4.5. A família reconstituída.....	11
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	13
1.4.6. A família paralela.....	14
1.4.6.1. O olhar discordante.....	22
1.4.6.2. A união poliafetiva.....	27
1.4.7. A família natural.....	31
1.4.7.1. A família extensa ou ampliada.....	31
1.4.7.2. A família substituta.....	31
1.4.8. A família eudemonista.....	32
1.4.9. A família homoafetiva.....	32
1.4.10. A família multiespécie.....	36
<b>Capítulo 2 – Noção de Família.....</b>	<b>39</b>
2.1. Conceito de família.....	39
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado.....	40
2.3. A disseminação da família monoparental.....	41
2.4. A disseminação da família reconstituída.....	42
2.5. Noção de Direito de Família.....	44
2.6. Conteúdo do Direito de Família.....	45
2.7. Evolução do Direito de Família.....	46
2.8. A dessacralização da família.....	47
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	48
<b>Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família.....</b>	<b>51</b>
3.1. Direitos fundamentais.....	51
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais.....	53
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família.....	53
3.4. O princípio da igualdade.....	54
3.4.1. Igualdade e minorias.....	58
3.4.2. Igualdade e grupos vulneráveis.....	59
3.4.3. Igualdade e isonomia constitucional.....	60
3.4.4. Igualdade e crianças vulneráveis.....	62
3.4.5. Igualdade e idosos vulneráveis.....	63
3.4.6. Igualdade e mulheres vulneráveis.....	64
3.4.7. A tutela judicial dos vulneráveis.....	65
3.4.8. Igualdade e independência.....	66

3.4.9.	Igualdade e violência invisível .....	67
3.4.10.	Igualdade e idade.....	68
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens.....	71
3.4.12.	A experiência doutrinária e jurisprudencial .....	77
3.4.13.	O idoso e a alteração do regime de bens .....	82
3.4.14.	Vigência da Súmula n. 377 do STF .....	85
3.4.15.	O idoso e os alimentos .....	88
3.4.16.	A solidariedade alimentar do idoso.....	90
3.4.17.	O idoso como devedor de alimentos .....	92
3.4.18.	O idoso e a efetividade das decisões judiciais .....	94
3.4.19.	Efetividade e prisão do idoso por dívida alimentar.....	96
3.5.	Princípio da autonomia privada.....	98
3.6.	Princípio da liberdade .....	100
3.7.	Princípio da solidariedade familiar .....	100
3.8.	Princípio da monogamia .....	101
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável.....	103
3.8.2.	A fidelidade.....	104
3.9.	Princípio da diversidade familiar .....	105
3.10.	Princípio da afetividade .....	106
3.11.	Princípio da igualdade da filiação .....	107
3.12.	Princípio da proteção da prole.....	108
3.13.	Princípio da proteção do idoso .....	108
3.14.	Princípio da proteção do jovem .....	108
3.15.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	109
<b>Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento.....</b>		<b>111</b>
4.1.	Definição.....	111
4.2.	Da plena comunhão de vida.....	112
4.3.	Da gratuidade do casamento civil.....	115
4.4.	Casamento religioso com efeito civil.....	115
4.5.	Capacidade para o casamento .....	117
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento .....	120
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais .....	121
4.7.	Das causas suspensivas .....	125
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF .....	134
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF.....	136
4.7.3.	O efetivo prejuízo.....	137
4.7.4.	Legitimidade ativa .....	138
4.8.	A habilitação para o casamento .....	138
4.8.1.	Presunção de morte .....	141
4.8.2.	Dispensa de proclamas.....	141
4.9.	Da celebração do casamento .....	142
4.9.1.	Consentimento.....	143
4.9.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	144
4.9.3.	Casamento por procuração.....	144
4.10.	Das provas do casamento .....	146
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i> .....	147
4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil .....	147
4.11.	Da invalidade do casamento.....	147
4.11.1.	Casamento inexistente .....	148
4.11.2.	Casamento nulo.....	149

4.11.2.1.	A Lei n. 13.811/2019 .....	150
4.11.2.2.	Maturidade conjugal .....	152
4.11.2.3.	O consentimento .....	153
4.11.2.4.	O casamento proibido .....	153
4.11.2.5.	Nulidade ou anulação .....	154
4.11.2.6.	Casamentos de conveniência .....	155
4.11.2.7.	A nulidade e a Lei n. 13.811/2019 .....	155
4.11.3.	O casamento anulável .....	161
4.11.3.1.	Das causas de anulação .....	162
4.11.3.2.	Identidade, honra e boa fama .....	165
4.11.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento .....	168
4.11.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave....	169
4.11.3.5.	Ignorância de doença mental grave .....	171
4.11.3.6.	Coação .....	172
4.12.	Prazos para a anulação do casamento .....	173
4.13.	Do casamento putativo .....	173
4.13.1.	Pressupostos da putatividade .....	175
4.13.2.	Efeitos da putatividade .....	176
4.13.3.	Efeitos em relação a terceiros .....	177
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento .....	177
4.14.1.	A tutela antecipada da separação de corpos .....	182
4.14.2.	A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha .....	183
4.14.3.	Da cumulação dos pedidos .....	185
4.14.4.	A nova separação de corpos .....	186
4.14.5.	A conveniência na determinação da dignidade humana .....	188
4.14.6.	A separação de corpos consensual .....	189
4.14.7.	A separação de corpos para afastamento do requerente .....	191
4.14.8.	A separação de fato .....	191
<b>Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento .....</b>		<b>193</b>
5.1.	Da eficácia do casamento .....	193
5.2.	Isonomia e patronímico .....	195
5.3.	Planejamento familiar .....	199
5.3.1.	Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008) .....	200
5.4.	Deveres dos cônjuges .....	201
5.5.	Violação dos deveres conjugais .....	203
5.6.	Dever de fidelidade recíproca .....	204
5.7.	Infidelidade virtual .....	205
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade .....	205
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal .....	208
5.10.	Ruptura do dever de coabitação .....	209
5.11.	Dever de mútua assistência .....	210
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos .....	211
5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos .....	213
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial .....	215
5.15.	A direção da sociedade conjugal .....	219
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar .....	219
5.17.	Domicílio conjugal .....	220
<b>Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal .....</b>		<b>223</b>
6.1.	Do sistema dual de dissolução .....	223

6.1.1.	O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010 .....	225
6.1.1.1.	O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial...	234
6.1.1.2.	O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento.....	236
6.2.	O fim da sociedade conjugal .....	237
6.3.	Morte real e morte presumida.....	238
6.4.	O retorno do ausente .....	240
6.5.	Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento.....	241
6.6.	A dissolução da sociedade conjugal .....	242
6.7.	Da separação amigável .....	245
6.8.	Cláusulas separatórias .....	247
6.9.	Requisitos da separação amigável.....	250
6.10.	Renúncia à meação .....	252
6.11.	A promessa de doação.....	258
6.12.	Débitos fiscais e partilha unilateral de bens .....	261
6.13.	Da ratificação judicial.....	266
6.14.	Exceção à ratificação .....	269
6.15.	A ratificação na Lei n. 11.441/2007 e no CPC.....	269
6.16.	A retratação unilateral.....	271
6.17.	A separação causal .....	272
6.18.	Causas genéricas.....	280
6.19.	A separação litigiosa .....	281
6.20.	Separção judicial por causas objetivas.....	282
6.21.	Culpa e insuportabilidade da vida conjugal .....	285
6.22.	Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial .....	287
6.22.1.	Fidelidade recíproca.....	287
6.22.2.	Coabitação no domicílio conjugal .....	290
6.23.	Separção de corpos no divórcio .....	291
6.23.1.	Separção de corpos judicial e a Lei Maria da Pena.....	292
6.23.2.	Objetivo da Lei Maria da Pena.....	293
6.23.3.	Das medidas protetivas de urgência.....	293
6.23.4.	Da separação de corpos e a violência doméstica.....	295
6.23.5.	Caducidade da medida .....	297
6.24.	Mútua assistência .....	297
6.25.	Sustento, guarda e educação dos filhos.....	298
6.26.	Respeito e consideração mútuos .....	300
6.27.	Insuportabilidade da comunhão de vida .....	300
6.27.1.	Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação.....	301
6.27.1.1.	O adultério .....	302
6.27.1.2.	Tentativa de morte.....	302
6.27.1.3.	Sevícia ou injúria grave .....	303
6.27.1.4.	Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo.....	304
6.27.1.5.	Abandono malicioso .....	306
6.28.	Condenação por crime infamante.....	306
6.29.	Conduta desonrosa .....	307
6.30.	As provas ilícitas no Direito de Família.....	308
6.30.1.	A formação da convicção pela prova .....	308
6.30.2.	Princípios da prova.....	309
6.30.3.	Provas típicas e atípicas.....	310
6.30.4.	Prova ilícita e prova ilegítima .....	311
6.30.5.	Provas ilícitas.....	312

6.30.6.	A utilização das provas ilícitas no Direito de Família.....	313
6.30.7.	Princípio da proporcionalidade.....	317
6.31.	Separação pela ausência de comunhão de vida.....	319
6.32.	A causa genérica.....	321
6.33.	Separação objetiva.....	323
6.34.	Ruptura da vida em comum.....	323
6.35.	Grave doença mental.....	325
6.35.1.	Reversão dos bens conjugais.....	326
6.35.2.	A reversão tão somente no regime da comunhão universal.....	328
6.35.3.	Separação promovida por cônjuge incapaz.....	328
6.36.	A separação administrativa.....	329
6.36.1.	A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	331
6.36.2.	Opção ou imposição.....	333
6.36.3.	Divórcio extrajudicial estando a esposa grávida, ou existindo filhos menores ou maiores e incapazes.....	334
6.36.4.	Reconciliação.....	335
6.36.5.	Audiência de ratificação.....	336
6.36.6.	Separação e divórcio por procurador.....	340
6.36.7.	Cláusulas obrigatórias.....	342
6.36.7.1.	Cláusula sobre a partilha.....	342
6.36.7.2.	Cláusula sobre alimentos.....	343
6.36.8.	Recusa na escrituração.....	344
6.36.9.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular.....	345
6.36.10.	Intervenção do Ministério Público.....	346
6.36.11.	Execução das cláusulas.....	347
6.36.12.	Desconto da pensão em folha.....	347
6.36.13.	Anulação da escritura.....	348
6.36.14.	A separação de corpos extrajudicial.....	349
6.37.	Efeitos da dissolução da sociedade conjugal.....	349
6.37.1.	Efeitos pessoais com relação aos cônjuges.....	350
6.37.2.	Retorno ao apelido de solteiro.....	350
6.37.3.	Impossibilidade de contrair novo casamento.....	351
6.37.4.	Efeitos com relação aos filhos.....	352
6.37.5.	Guarda dos filhos.....	353
6.37.6.	A guarda compartilhada.....	355
6.37.7.	Convivência com os filhos.....	356
6.38.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges.....	358
6.38.1.	Alimentos dos filhos.....	359
6.38.2.	Partilha dos bens.....	360
6.38.3.	Prazo de decadência da separação e do divórcio extrajudicial.....	366
6.38.4.	Cobrança de aluguéis.....	367
<b>Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família.....</b>	<b>373</b>	
7.1.	O dano moral no Direito de Família.....	373
7.2.	O dano moral no âmbito das relações afetivas.....	375
7.3.	O Código Civil e o dano moral no Direito de Família.....	377
7.4.	Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família.....	379
7.5.	Os alimentos como forma de indenização.....	380
7.6.	Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral.....	382
7.7.	Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família.....	386
7.7.1.	A doutrina amplamente permissiva.....	387

7.7.2.	A doutrina restritiva do dano moral.....	389
7.7.3.	Crítica à graduação do dano moral.....	392
7.7.4.	Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família.....	392
7.8.	Críticas ao dano moral.....	397
7.9.	O reconhecimento do estado de filiação .....	400
7.10.	O dano moral na investigação de paternidade.....	405
7.10.1.	O dano moral na desconstituição da paternidade.....	410
7.10.2.	O dever da mãe.....	412
7.10.3.	O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho.....	415
<b>Capítulo 8 – Divórcio</b> .....		<b>427</b>
8.1.	O divórcio.....	427
8.2.	O divórcio direto.....	431
8.3.	O divórcio e a partilha de bens.....	434
8.4.	A representação do cônjuge incapaz no divórcio.....	436
8.5.	Divórcio consensual-judicial e o divórcio <i>post mortem</i> .....	437
8.6.	Divórcio litigioso-judicial .....	439
8.6.1.	A contestação no divórcio judicial.....	441
8.7.	O revogado divórcio por conversão da separação judicial .....	444
8.8.	Divórcio judicial por conversão consensual.....	447
8.9.	Divórcio judicial por conversão do litigioso.....	448
8.10.	O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	450
8.11.	O divórcio extrajudicial por conversão .....	452
8.12.	A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos .....	452
8.13.	Efeitos do divórcio.....	453
8.14.	A partilha de bens.....	454
8.15.	Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial .....	455
8.16.	O patronímico de casado no divórcio .....	457
8.17.	Pluralidade de divórcios.....	462
8.18.	O divórcio no Direito Internacional Privado.....	462
<b>Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos</b> .....		<b>467</b>
9.1.	Da proteção da pessoa dos filhos.....	467
9.2.	Conceito de guarda .....	471
9.3.	A guarda na separação de fato e no divórcio judicial .....	478
9.4.	Guarda compartilhada .....	479
9.4.1.	A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?.....	488
9.4.2.	Imposição judicial da guarda compartilhada .....	495
9.4.3.	Tempo de convívio equilibrado .....	500
9.4.4.	Plano de parentalidade .....	500
9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	503
9.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	505
9.5.	Direito e dever de convivência.....	508
9.6.	A multa no direito e dever de convivência – <i>astreintes</i> .....	514
9.7.	O direito de visitas dos avós .....	516
9.7.1.	Um caso paradigma.....	518
9.8.	A Alienação Parental (AP).....	520
9.9.	As falsas memórias .....	527
<b>Capítulo 10 – Das Relações de Parentesco</b> .....		<b>529</b>
10.1.	As relações familiares e o parentesco.....	529



10.2.	Direito Romano .....	531
10.3.	Desenlaces parentais.....	532
10.4.	Espécies de família e relações atuais .....	533
10.5.	Conceito de relações de parentesco .....	535
10.6.	Parentesco até o quarto grau.....	537
10.7.	Parentesco .....	538
10.7.1.	Contagem de graus .....	539
10.7.2.	Linhas de parentesco.....	539
10.7.3.	Tronco.....	540
10.7.4.	Parentesco por afinidade.....	540
10.7.5.	Árvore genealógica.....	542
10.8.	A multiparentalidade .....	542
<b>Capítulo 11 – Da Filiação</b>	.....	<b>551</b>
11.1.	A filiação.....	551
11.2.	Filiação socioafetiva.....	553
11.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva .....	560
11.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios.....	566
11.4.1.	Os filhos e a construção do patrimônio familiar .....	571
11.4.2.	Filhos do ECA em confronto com os filhos da adoção à brasileira.....	574
11.4.3.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	575
11.4.4.	Decadência da rejeição.....	580
11.4.5.	Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais.....	583
11.4.6.	O parto anônimo.....	587
11.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos .....	590
11.6.	Da possibilidade jurídica .....	591
11.7.	O posicionamento do STJ .....	593
11.8.	Determinação da maternidade.....	594
11.9.	A presunção de paternidade.....	598
11.10.	A presunção <i>pater is est</i> .....	599
11.11.	A filiação por presunção na fecundação assistida .....	601
11.12.	A reprodução assistida no Código Civil.....	603
11.13.	A inseminação artificial .....	604
11.14.	A inseminação artificial homóloga.....	604
11.15.	A proteção jurídica do nascituro.....	607
11.16.	Embriões excedentários .....	608
11.17.	A inseminação artificial heteróloga.....	610
11.18.	A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV).....	612
11.18.1.	A transferência de gametas para as trompas (GIFT).....	613
11.18.2.	Transferência de zigoto para as trompas (ZIFT).....	613
11.18.3.	A mãe de substituição .....	613
11.19.	A impugnação da paternidade .....	618
11.19.1.	O perigo da sacralização do DNA.....	619
11.20.	Negativa de paternidade.....	620
11.21.	A imprescritível impugnação da paternidade .....	626
11.22.	Prova da filiação .....	629
11.23.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	630
11.24.	A prova judicial da impugnação da paternidade.....	634
11.25.	A presunção de paternidade pela recusa .....	637
11.25.1.	A recusa diante do Código Civil.....	638
11.25.2.	As perícias em DNA no Brasil .....	640

11.25.3.	A presunção legal no Código Civil.....	642
11.25.4.	A presunção e a perícia médica de DNA.....	645
11.25.5.	A presunção pela recusa .....	646
11.25.6.	A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	648
11.26.	Elisão da paternidade pelo revogado adúltero .....	652
11.27.	Reconhecimento da paternidade .....	654
11.28.	O reconhecimento voluntário.....	656
11.28.1.	●Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade .....	658
11.28.2.	Reconhecimento no registro do nascimento .....	659
11.28.3.	Por escritura pública ou escrito particular .....	659
11.28.4.	Reconhecimento por testamento .....	662
11.28.5.	Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz .....	662
11.28.6.	Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992 .....	663
11.29.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	664
11.30.	Ação anulatória de reconhecimento .....	665
11.31.	Reconhecimento judicial da paternidade.....	667
11.31.1.	Breve digressão histórica .....	668
11.31.2.	A equiparação dos filhos.....	668
11.31.3.	A investigação judicial da paternidade ou da maternidade .....	669
11.31.4.	Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	671
11.31.5.	Rapto e sua coincidência com as relações sexuais .....	672
11.31.6.	Escritos .....	673
11.31.7.	Legitimidade ativa .....	673
11.31.8.	Legitimidade passiva .....	675
11.31.9.	Conteúdo da defesa do investigado.....	676
11.31.9.1.	A negativa genérica .....	677
11.31.9.2.	A <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	677
11.31.9.3.	Impossibilidade física do congresso sexual .....	679
11.31.9.4.	Não coincidência das relações sexuais.....	680
11.31.10.	Meios de prova .....	680
11.31.10.1.	A prova documental .....	681
11.31.10.2.	A prova testemunhal .....	682
11.31.10.3.	As provas científicas .....	683
11.31.10.4.	Provas hematológicas.....	684
11.31.10.5.	O sistema HLA .....	685
11.31.10.6.	Perícia em DNA .....	685
11.31.10.6.1.	A perícia em DNA se basta? .....	687
11.31.11.	A recusa ao exame pericial.....	689
11.31.12.	Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	694
11.32.	Efeitos da sentença.....	696
11.32.1.	Dos alimentos na investigatória.....	697
11.33.	A coisa julgada na investigação de paternidade .....	699
<b>Capítulo 12 – Da Adoção</b> .....		<b>705</b>
12.1.	Conceito de adoção.....	705
12.2.	Considerações gerais .....	707
12.3.	Natureza jurídica .....	708
12.4.	Referências históricas.....	708
12.5.	A adoção e o Código Civil.....	709
12.6.	A Lei Nacional da Adoção.....	711
12.6.1.	Princípio da prevalência em família.....	712

12.6.2.	Do acolhimento familiar e institucional.....	713
12.6.3.	Da família natural.....	714
12.6.4.	A família extensa.....	714
12.6.5.	Destituição do poder familiar.....	715
12.6.6.	Colocação em família substituta.....	716
12.6.6.1.	Cadastro de adoção.....	718
12.6.6.2.	Direito à identidade genética.....	719
12.7.	Requisitos para a adoção: idade.....	720
12.7.1.	Diferença de idade.....	722
12.7.2.	Adoção por casais.....	723
12.7.3.	Consentimento do cônjuge.....	724
12.8.	Adoção por avós.....	726
12.9.	Adoção por irmãos do adotando.....	729
12.10.	Consentimento dos pais, do representante e do adotando.....	730
12.11.	Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	731
12.12.	Adoção por tutor ou curador.....	732
12.13.	Adoção <i>intuitu personae</i> .....	732
12.14.	Adoção por divorciados.....	736
12.15.	Adoção póstuma.....	736
12.16.	Adoção por estrangeiro.....	738
12.17.	Adoção de nascituro.....	742
12.17.1.	Personalidade jurídica do nascituro.....	744
12.18.	Adoção à brasileira.....	745
12.19.	Adoção de embriões.....	747
12.20.	A adoção por homoafetivos.....	749
12.21.	Efeitos pessoais da adoção.....	755
12.21.1.	Nome.....	756
12.21.2.	A adoção e o poder familiar.....	756
12.21.3.	Efeitos patrimoniais da adoção.....	757
12.21.3.1.	Alimentos.....	757
12.21.3.2.	Direito sucessório.....	757
12.21.4.	Irrevogabilidade da adoção.....	758
12.22.	O apadrinhamento.....	759
<b>Capítulo 13 – Do Poder Familiar.....</b>		<b>761</b>
13.1.	Breve noção histórica.....	761
13.2.	Função.....	762
13.3.	Natureza jurídica.....	764
13.4.	Titularidade do poder familiar.....	765
13.5.	Conteúdo do poder familiar.....	767
13.5.1.	A representação dos filhos.....	770
13.5.2.	Retenção indevida de filho.....	772
13.5.3.	Poder familiar e trabalho.....	773
13.5.4.	Do usufruto dos bens dos filhos.....	774
13.5.5.	Da administração dos bens dos filhos.....	776
13.6.	Extinção do poder familiar.....	779
13.7.	A suspensão do poder familiar.....	782
<b>Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial.....</b>		<b>785</b>
14.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica.....	785
14.2.	Princípios gerais.....	787

14.3.	Classificação dos regimes de bens.....	790
14.4.	O pacto antenupcial .....	793
14.5.	Alteração do regime de bens .....	801
14.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens.....	806
14.7.	A práxis da separação de fachada .....	809
14.7.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	811
14.7.2.	O direito adquirido e a retroatividade da alteração.....	817
14.8.	Do regime obrigatório da separação de bens.....	823
14.9.	Da administração dos bens e dos bens reservados.....	827
14.10.	Da reivindicação dos bens comuns.....	829
14.11.	Do regime legal de bens .....	830
14.11.1.	Bens de caráter próprio.....	831
14.11.2.	Bens de caráter comum.....	833
14.12.	Regime da comunhão parcial.....	833
14.12.1.	Fundos privados de pensão .....	848
14.12.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial.....	854
14.12.2.1.	A título oneroso.....	854
14.12.2.2.	Por fato eventual.....	856
14.12.2.3.	Doação, herança ou legado.....	858
14.12.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	858
14.12.2.4.1.	Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa.....	861
14.12.2.5.	Frutos civis e naturais.....	870
14.12.2.6.	O fundo de comércio como fruto civil.....	871
14.12.2.6.1.	A clientela dos profissionais liberais e as sociedades simples.....	872
14.12.2.6.2.	O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	875
14.12.2.7.	Aquisição com causa anterior.....	877
14.12.2.8.	Partilha de quotas.....	878
14.12.2.9.	Partilha de quotas no juízo cível e não de família.....	883
14.12.2.10.	Dívidas dos cônjuges.....	887
14.12.2.11.	Presunção de comunhão dos bens móveis (CC, art. 1.662).....	889
14.13.	Do regime de comunhão universal.....	892
14.13.1.	Bens excluídos da comunhão universal .....	895
14.13.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade.....	895
14.13.1.2.	Bens gravados de fideicomisso.....	896
14.13.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento .....	897
14.13.1.4.	Doações antenupciais.....	898
14.13.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC.....	898
14.13.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens .....	901
14.13.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens.....	906
14.14.	Do regime de participação final nos aquestos.....	909
14.14.1.	Na Costa Rica.....	912
14.14.2.	Na Alemanha.....	913
14.14.3.	Na França.....	915
14.14.4.	Na Espanha.....	915
14.14.5.	No Brasil.....	916
14.14.6.	Características do regime de participação final nos aquestos.....	918
14.14.7.	Aquisição onerosa.....	922
14.14.8.	Separação e termo inicial de partição dos aquestos .....	923
14.14.9.	Má administração.....	924

14.14.10. Risco de fraude na divisão dos bens conjugais.....	924
14.14.11. A ideia da liquidação antecipada.....	925
14.14.12. Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos .....	926
14.14.13. Regime de compensações .....	927
14.14.14. Dívidas pessoais.....	927
14.14.15. Irrenunciabilidade do direito à meação.....	928
14.14.16. Regras de liquidação .....	928
14.14.17. Disposição hereditária.....	929
14.15. Do regime da separação de bens .....	929
14.16. Manutenção da família.....	932
14.16.1. Compensação econômica (alimentos compensatórios).....	932
14.16.2. Compensação patrimonial na partilha .....	933
14.17. A separação obrigatória de bens .....	940
14.18. A separação convencional de bens .....	941
14.19. Os bens adquiridos durante a separação de fato .....	942
14.20. Da fraude na partilha.....	945
14.20.1. O lastro matrimonial .....	946
14.20.2. A presunção de comunidade.....	946
14.20.3. A separação e seu efeito na partilha.....	947
14.20.4. A autonomia privada .....	947
14.20.5. A fraude.....	948
14.20.6. A fraude societária.....	949
14.20.7. A fraude pela mudança do tipo social.....	951
14.20.8. A fraude pela interposta pessoa física .....	954
14.20.9. A boa-fé.....	954
14.20.10. A fraude no casamento do Código Civil.....	957
14.20.11. A fraude nos regimes de bens.....	958
14.20.12. A fraude na união estável.....	959
14.20.13. A outorga do convivente.....	960
14.20.14. A indenização pela inoponibilidade.....	962
14.20.15. Uma solução argentina.....	963
14.20.16. A fraude pela formação de dívidas .....	964
14.20.17. A prova da fraude e da simulação.....	965
14.20.18. A anulação da partilha e decadência.....	968
14.21. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores .....	970
14.21.1. Bens excluídos do usufruto.....	971
14.22. Da usucapião familiar pelo abandono do lar.....	973
<b>Capítulo 15 – Dos Alimentos.....</b>	<b>979</b>
15.1. Conceito .....	979
15.2. Espécies de alimentos .....	980
15.2.1. Quanto à sua natureza.....	981
15.2.2. Quanto à causa jurídica.....	984
15.2.3. Quanto à finalidade .....	986
15.2.3.1. Alimentos provisórios.....	986
15.2.3.2. Alimentos em tutela provisória.....	988
15.2.3.3. Alimentos da tutela antecipada.....	989
15.2.3.4. A fungibilidade do parágrafo único do artigo 305 do CPC .....	990
15.2.3.5. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	991
15.2.3.6. Tempo de duração da tutela antecipada.....	992
15.2.3.7. Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar ...	993

15.2.4.	Quanto ao momento em que são reclamados.....	994
15.2.4.1.	Alimentos pretéritos e futuros .....	994
15.3.	Características da obrigação alimentar.....	996
15.3.1.	Direito personalíssimo.....	996
15.3.2.	Transmissibilidade.....	997
15.3.3.	Divisibilidade .....	1002
15.3.3.1.	Litisconsórcio na ação de alimentos .....	1003
15.3.3.2.	Da solidariedade nos alimentos do idoso .....	1008
15.3.3.2.1.	O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso.....	1009
15.3.4.	Condicionalidade.....	1010
15.3.5.	Reciprocidade.....	1011
15.3.6.	Alternatividade.....	1012
15.3.7.	Imprescritibilidade.....	1013
15.3.8.	Irrepetibilidade .....	1015
15.3.9.	Incompensabilidade.....	1019
15.3.10.	Irrenunciabilidade.....	1023
15.3.10.1.	A validade histórica da renúncia alimentar .....	1024
15.3.10.2.	Renúncia expressa.....	1026
15.3.10.3.	A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	1027
15.3.10.4.	A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	1028
15.3.10.5.	A irrenunciabilidade alimentar.....	1029
15.3.10.6.	O indevido retrocesso.....	1031
15.3.10.7.	A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	1031
15.3.10.8.	A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	1032
15.3.11.	Impenhorabilidade.....	1034
15.4.	Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	1035
15.4.1.	Os alimentos na família reconstituída.....	1040
15.5.	Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	1044
15.6.	Os alimentos na guarda e na tutela do ECA.....	1045
15.7.	Os alimentos do nascituro .....	1046
15.7.1.	Dos alimentos gravídicos .....	1047
15.8.	Os alimentos dos relativamente incapazes .....	1049
15.9.	A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	1050
15.10.	O constrangimento da ação ou da execução alimentar.....	1055
15.10.1.	O abuso do direito.....	1061
15.10.2.	Falta de alimentos como violência doméstica.....	1062
15.11.	Alimentos e prestação de contas.....	1062
15.11.1.	Prestação de contas nos alimentos compensatórios .....	1070
15.12.	Alimentos com a maioridade civil.....	1074
15.12.1.	Maioridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos.....	1080
15.13.	Dever de sustento e obrigação .....	1081
15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos .....	1083
15.14.1.	O protesto dos alimentos .....	1084
15.14.2.	A constituição de capital .....	1086
15.14.3.	<i>Astreintes</i> .....	1090
15.14.4.	O abandono material e a prisão descontínua .....	1091
15.14.5.	Perda do poder familiar .....	1092
15.14.6.	Medidas executivas atípicas .....	1092
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1095
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1097

15.16. Dos alimentos dos avós.....	1098
15.17. Da transmissão hereditária do dever alimentar.....	1102
15.18. Dos alimentos dos cônjuges.....	1107
15.19. Alimentos dos conviventes.....	1109
15.20. Igualdade e independência econômica.....	1112
15.21. Dos alimentos na homoafetividade.....	1116
15.22. Rubrica alimentar.....	1117
15.22.1. Alimentação.....	1117
15.22.2. Habitação.....	1118
15.22.3. Educação.....	1119
15.22.4. Saúde.....	1120
15.22.5. Vestuário.....	1121
15.22.6. Lazer.....	1122
15.23. Base de incidência dos alimentos.....	1122
15.24. Pensão <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i> .....	1129
15.24.1. Alimentos em espécie ou <i>in natura</i> .....	1130
15.25. Dos alimentos transitórios.....	1132
15.25.1. A duração dos alimentos transitórios.....	1134
15.26. Alimentos compensatórios ou compensação econômica.....	1137
15.26.1. A pensão alimentícia e a compensação econômica.....	1140
15.26.2. Alimentos compensatórios e compensação econômica.....	1144
15.26.3. Outras diferenças entre obrigação de alimentos e compensação econômica... ..	1147
15.26.4. Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1149
15.26.5. A duração da compensação econômica.....	1152
15.27. A restituição dos alimentos.....	1153
15.27.1. O abuso do direito nos alimentos.....	1154
15.27.2. Do abuso do direito nas relações de família.....	1156
15.27.3. Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1157
15.28. Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1157
15.29. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1162
15.29.1. Conduta irregular da ex-mulher.....	1165
15.29.2. Comportamento indigno.....	1166
15.30. A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos.....	1171
15.30.1. Sua incidência processual.....	1174
15.30.2. A desconsideração ativa.....	1174
15.30.3. A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário.....	1176
15.31. A oferta de alimentos.....	1180
15.32. A majoração e redução dos alimentos, a Súmula STJ 621 e sua atualização automática.....	1181
15.33. Cessação da obrigação de prestar alimentos.....	1184
15.34. A execução de alimentos.....	1187
15.34.1. Do cumprimento da sentença.....	1187
15.34.2. Aplicação de multa.....	1189
15.34.3. A defesa no cumprimento da sentença.....	1190
15.34.4. Sentença para ser cumprida.....	1190
15.34.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos.....	1191
15.34.6. Do procedimento expropriatório.....	1192
15.35. Da execução internacional dos alimentos.....	1192
15.36. A intributabilidade da pensão alimentícia.....	1194
15.36.1. A participação da mulher nas atividades econômicas.....	1194

15.36.2.	A coabitação.....	1196
15.36.3.	Alimentos entre cônjuges.....	1197
15.36.4.	A função social da família.....	1198
15.36.5.	A necessidade de uma política de proteção familiar.....	1200
15.36.6.	O mínimo existencial.....	1201
15.36.7.	Renda e proventos.....	1202
15.36.8.	A tributação familiar.....	1203
15.36.8.1.	A condição de dependente.....	1205
15.36.9.	A capacidade colaborativa.....	1205
15.36.10.	O imposto de renda sobre a pensão alimentícia.....	1206
15.36.11.	A ausência de acréscimo patrimonial.....	1207
15.36.12.	A pensão alimentícia como encargo de família.....	1209
15.36.13.	Os alimentos e seu caráter indenizatório.....	1210
<b>Capítulo 16 – Do Bem de Família</b>		<b>1213</b>
16.1.	Bem de família.....	1213
16.2.	Conceito de bem de família.....	1214
16.3.	O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1215
16.4.	O bem de família do Código Civil.....	1217
16.4.1.	Objeto do bem de família voluntário.....	1220
16.4.2.	Valor do bem de família voluntário.....	1220
16.4.3.	Procedimento de constituição e efeitos.....	1221
16.4.4.	Das isenções.....	1222
16.5.	Extinção do bem de família.....	1223
<b>Capítulo 17 – Da União Estável</b>		<b>1225</b>
17.1.	Antecedentes históricos.....	1225
17.2.	A Constituição Federal de 1988.....	1227
17.3.	A Lei n. 8.971/1994.....	1230
17.4.	A Lei n. 9.278/1996.....	1231
17.5.	O Projeto de Lei n. 2.686/1996.....	1232
17.6.	Origem e definição.....	1232
17.7.	A expansão das uniões livres.....	1233
17.7.1.	Motivos econômicos.....	1234
17.7.2.	Motivos sociais.....	1235
17.7.3.	Motivos legais.....	1235
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1236
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1236
17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	1236
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1236
17.8.1.	Diversidade de sexos.....	1237
17.8.1.1.	União homoafetiva.....	1237
17.8.2.	Coabitação.....	1248
17.8.3.	Prazo para constituição.....	1250
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1251
17.8.5.	Convivência pública.....	1260
17.8.6.	Continuidade.....	1262
17.8.7.	Com objetivo de constituir família.....	1263
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial.....	1266
17.9.	Conceito de união estável.....	1267
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	1268



17.10.1.	Lealdade .....	1271
17.10.2.	Respeito.....	1272
17.10.3.	Assistência.....	1272
17.10.4.	Dever imaterial .....	1275
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos.....	1276
17.10.6.	A coabitação como dever natural.....	1277
17.10.7.	O nome na união estável.....	1278
17.11.	Contrato de convivência .....	1280
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	1283
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento.....	1284
17.11.3.	Regime de bens.....	1291
17.11.4.	Conversão em casamento.....	1296
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação .....	1298
17.11.6.	Contrato de namoro.....	1300
17.12.	Concubinato e relações paralelas .....	1302
17.12.1.	O olhar discordante.....	1304
17.12.2.	O concubinato e a monogamia.....	1308
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé.....	1314
17.12.4.	O concubinato e a doação.....	1315
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária.....	1316
17.12.6.	O concubinato e a previdência social.....	1317
17.13.	Dissolução da união estável.....	1318
<b>Capítulo 18 – Tutela</b> .....		<b>1321</b>
18.1.	Conceito .....	1321
18.2.	Menores submetidos à tutela.....	1324
18.3.	A tutela no Direito Romano.....	1324
18.4.	A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1325
18.5.	Modalidades de tutela.....	1325
18.6.	Tutela testamentária.....	1327
18.7.	Tutela legítima.....	1328
18.8.	Tutela dativa .....	1329
18.9.	Tutela funcional.....	1330
18.10.	Exclusividade da tutela .....	1331
18.11.	Incapazes de exercer a tutela.....	1331
18.11.1.	Idoneidade.....	1332
18.12.	Designação do convivente como tutor.....	1334
18.13.	Escusa dos tutores.....	1335
18.13.1.	Mulheres casadas.....	1336
18.13.2.	Maiores de sessenta anos.....	1336
18.13.3.	Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.....	1337
18.13.4.	Enfermidade.....	1338
18.13.5.	Habitação distante.....	1338
18.13.6.	Os que já exercerem tutela ou curatela.....	1338
18.13.7.	Militares em serviço.....	1338
18.13.8.	Aos que não forem parentes do menor .....	1339
18.14.	Prazo de escusa e decisão judicial.....	1339
18.15.	Do exercício da tutela.....	1340
18.15.1.	Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado.....	1340
18.15.2.	Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	1341
18.15.3.	A administração dos bens e a tutela conjunta.....	1343

18.16. Atribuições do tutor.....	1345
18.16.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	1346
18.17. Vedações ao tutor.....	1347
18.18. Garantia da tutela.....	1347
18.19. O protutor.....	1348
18.20. Responsabilidade do juiz.....	1349
18.21. Remuneração do tutor.....	1350
18.22. Responsabilidade do tutor.....	1350
18.23. Bens do tutelado.....	1351
18.24. Prestação de contas.....	1352
18.25. Cessação da tutela.....	1354
18.26. Das funções do tutor.....	1354
<b>Capítulo 19 – Da Curatela .....</b>	<b>1355</b>
19.1. Da curatela.....	1355
19.2. Conceito.....	1357
19.3. Pessoas sujeitas à curatela.....	1359
19.4. Curatela do nascituro.....	1362
19.5. Velhice.....	1365
19.6. Curatela no Direito Romano.....	1367
19.7. Enfermidade ou deficiência mental.....	1368
19.7.1. Intervalos lúcidos.....	1368
19.8. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	1369
19.9. Deficientes mentais.....	1370
19.10. Ébrios habituais.....	1371
19.11. Os viciados em tóxicos.....	1371
19.12. Os pródigos.....	1372
19.13. Autocuratela.....	1374
19.14. Ação de interdição.....	1375
19.15. Das disposições comuns à tutela e à curatela.....	1379
19.16. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela.....	1380
19.17. Curatela conjunta.....	1383
19.18. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	1384
19.19. Levantamento da interdição.....	1386
19.20. Cessação da curatela.....	1387
19.21. Da tomada de decisão apoiada.....	1387
<b>Bibliografia.....</b>	<b>1391</b>
<b>Índice Alfabético-Remissivo.....</b>	<b>1429</b>